

**Parecer n.º 290/2012**

**Data:** 2012.09.18

**Processo n.º 356/2012**

**Entidade consulente:** Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

## **I - Factos e pedido**

1. O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. teve dúvidas quanto à decisão a proferir “ (...) *sobre a possibilidade de facultar a um terceiro, particular, os dados referentes ao nome e à idade dos praticantes desportivos de alto rendimento inscritos no correspondente registo, previsto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro (...)* ” e solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
2. A entidade consulente juntou ao pedido de parecer “ (...) *cópia do parecer do Departamento Jurídico deste Instituto sobre esta matéria, bem como, a lista dos dados constantes na ficha proposta de alto rendimento, descritiva de todos os dados de natureza pessoal e individualizada que integram o registo dos praticantes desportivos de alto rendimento (...)* ”.
3. Refira-se que o parecer do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. vai no sentido de “ (...) *não creio que os dados pessoais referentes a nome e idade dos praticantes desportivos possam ser qualificados como informação “abrangida pela reserva da intimidade da vida privada”.* O que levaria a concluir não existir impedimento legal a que fosse facultado a um terceiro, particular, os dados referentes à idade dos praticantes desportivos de alto rendimento inscritos no correspondente registo (...) ”.

## **II - Apreciação jurídica**

1. O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. encontra-se sujeito à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 4.º.  
Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem outra referência
2. O artigo 5.º estabelece a regra geral de que “*Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo*”.

Assim, o regime de acesso a documentos sem natureza nominativa é generalizado e livre.

No entanto, a LADA identifica, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5, do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6, do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

- 3. Quanto a documentos administrativos de carácter nominativo, ou sejam, aqueles que, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada”, a sua comunicação é feita ao próprio ou, de acordo com o n.º 5, do artigo 6.º, a terceiro “munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito” ou que demonstre possuir “interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade”.

Esta Comissão, chamada com frequência a pronunciar-se, no âmbito das suas competências, sobre a noção de documentos nominativos, tem entendido que, no quadro da LADA, serão de classificar como tais aqueles que revelem informação do foro íntimo de um indivíduo, como, por exemplo, a sua informação genética ou de saúde, a que se prenda com a sua vida sexual, a relativa às suas convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais, a que contenha opiniões sobre a pessoa, designadamente quando expressas em processos de averiguações, de inquérito ou disciplinares, ou a que traduza descontos no respetivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial.

---

<sup>1</sup> J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

Nesta perspetiva, considerou o Supremo Tribunal de Justiça, em 28 de setembro de 2011 (Processo n.º 22/09.6YGLSB.S2), e citando o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, em 31 de maio de 2006 (CJ III/210), que, neste âmbito, *“o que se pretende abranger e tutelar é apenas «o núcleo duro da vida privada» e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas”*.

Assim, não são documentos nominativos aqueles que apenas revelem o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade ou de contribuinte fiscal; como também os *curricula vitae*, elaborados pelos próprios titulares e descrevendo as respetivas habilitações académicas e qualificações profissionais, não revestem carácter nominativo.

4. No entanto, mesmo quando os documentos tenham natureza nominativa ou envolvam segredos de empresa, o acesso aos mesmos não poderá ser denegado a um terceiro, desde que, como determina o n.º 7, do artigo 6.º, seja viável a sua *“comunicação parcial”*, isto é, desde que *“seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”*.

5. Visto, ainda que em traços largos, o regime de acesso que a LADA consagra, cumpre agora apreciar a situação concreta colocada pelo pedido de parecer em apreço - acesso ao nome e idade dos praticantes desportivos de alto rendimento.

Como acima se deixou expresso, a simples menção do nome não confere ao documento carácter nominativo, qualquer particular tem o direito de a ele aceder, sem necessidade de enunciar qualquer interesse.

E o mesmo se diga da idade, que é um elemento de acesso incondicionado.

É entendimento da CADA que esta informação não reveste carácter nominativo, sendo de acesso livre, e irrestrito.

Registe-se o que a esse propósito se escreveu no Parecer da CADA n.º 312/2007<sup>2</sup>:

*“O nome, a morada, o endereço electrónico, a filiação, os números de bilhete de identidade ou de contribuinte fiscal são [...] por seu lado, informações não nominativas. Sendo embora do domínio da vida privada de um indivíduo, é, contudo, certo que nenhuma delas integra o núcleo essencial da sua privacidade, isto é, nenhuma delas cabe no âmbito da reserva da intimidade da sua vida privada. Com efeito, dar a conhecer tais elementos nada dirá sobre “o modo de ser da pessoa”, nada dirá que deva ser preservado ou excluído do conhecimento por terceiros, como, por exemplo, o deverão ser as “experiências, lutas e paixões*

---

<sup>2</sup> Disponível em [www.cada.pt](http://www.cada.pt) como os adiante referenciados.

*personais que lhe estão intimamente ligadas”. E é por isso que um qualquer documento que os refira será um documento administrativo sem teor nominativo.*

*Os números de telefone e telemóvel são também, por norma, informação não nominativa. Só não será assim quando se esteja perante números confidenciais.”.*

E no Parecer da CADA n.º 152/2009:

*“ (...) não constituem informações reservadas “o nome do aluno, a sua filiação, a data do seu nascimento, o seu estado civil, os números do respectivo bilhete de identidade ou de contribuinte fiscal, não havendo razão para os preservar do conhecimento alheio (...)”.*

6. Nessa senda, o peticionado não colide com o direito de privacidade quanto à intimidade da vida privada.

Pois, sem embargo de se ficar a conhecer o nome e idade dos praticantes de alto rendimento desportivo, isto é *“aqueles que, preenchendo as condições legalmente estabelecidas, constarem do registo organizado pelo Instituto do Desporto de Portugal, I. P. (IDP, I. P.) ”* (artigo 2.º, alínea c) do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro), nada diz quanto ao *«núcleo duro da vida privada»*.

Assim no caso presente um terceiro, particular, pode aceder aos documentos solicitados.

7. Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º, o acesso aos documentos administrativos exerce-se através dos seguintes meios, conforme opção do requerente:

- a) Consulta gratuita, efetuada nos serviços que os detêm;
- b) Reprodução por fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual, sonoro ou eletrónico;
- c) Certidão.

### **III - Conclusão**

Em razão do exposto, deve ser facultado o acesso aos documentos solicitados.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

Artur Trindade (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)